



## **Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM**

### **Síntese da ATA da 20.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas do Conselho de Política Ambiental - COPAM no Auditório da FIEMG**

Av. Deputado Esteves Rodrigues, nº 1.489 – Vila Brasília  
Montes Claros - MG.

1. Aos 28 dias de março de 2006, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas no Auditório da FIEMG Av. Deputado Esteves Rodrigues, nº 1.489 –
3. Vila Brasília Montes Claros - MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros
4. Titulares e Suplentes: como Presidente, o Secretário Adjunto de Meio Ambiente e
5. Desenvolvimento Sustentável, Shelley de Souza Carneiro; Secretaria Extraordinária
6. para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas: Titular
7. – Conselheiro Ricardo Veloso; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
8. Naturais Renováveis – IBAMA: Suplente – Ney Magalhães Barbalho; Polícia Militar
9. de Minas Gerais: Titular: Major PM Jorge Bonifácio Oliveira; Procuradoria Geral da
10. Justiça: Titular – Paulo César Lima; Microrregiões da Área Mineira de SUDENE, do
11. Baixo Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: Suplente: Dalton Soares Figueiredo –
12. Representante da Prefeitura de Pirapora; Suplente: Paulo Ribeiro – Secretário de Meio
13. Ambiente de Montes Claros - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais –
14. FIEMG, atuante na região de abrangência: Titular: José Augusto Ferreira Dias;
15. Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG, atuante na região de
16. abrangência: Titular – Alexandre Machado Pinto; Federação das Associações
17. Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
18. FEDERAMINAS, atuante na região de abrangência: Titular: Julius César Denucci;
19. Representante de Entidades Civas representativas de Categorias de Profissionais
20. Liberais, ligadas à Proteção do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência:
21. Titular: Mônica Maria Ladeia; Representante de Organizações Não-Governamentais,
22. legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para Proteção, Conservação e
23. Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência: 1º Titular: Eduardo
24. Gomes de Assis – Coordenador Técnico do Instituto Grande Sertão; Damastor Alves
25. de Souza, Presidente do Grupo Ecológico Campista de Monte Azul; Cientistas,
26. Tecnólogos, Pesquisadores ou Pessoas de notório saber, reconhecidamente dedicados
27. às atividades de preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida,
28. atuante na região de abrangência: Titular – João Carneiro Filho - CEFET/Januária;
29. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG,
30. atuante na região de abrangência: Suplente: Arimar G. dos Santos. Estiveram também
31. presentes a Coordenadora do NARC/Norte de Minas, Maria Cláudia Pinto, a advogada
32. Carolina Fagundes Carvalho, responsável pelo Setor Jurídico da URC/COPAM Norte
33. de Minas além de técnicos dos órgãos envolvidos.
34. **Item 1 - Hino Nacional**
35. **Item 2 – Abertura - O Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro** abre a reunião
36. dizendo do prazer de, depois de ausente a algumas reuniões, estar de volta
37. participando, em Montes Claros, de uma reunião do Conselho do Norte de Minas,



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

38. abrindo as atividades do ano. Informa que a segunda reunião se dará em Capitão Enéas  
39. e a terceira acontecerá em Salinas, pela segunda vez, procurando percorrer toda a  
40. extensão territorial do COPAM Norte. Informa ainda que, em seguida, a reunião  
41. ocorrerá em Bocaiúva, também pela segunda vez. Diz que a pauta ainda está pequena,  
42. uma vez que, no Sul e no Triângulo, já se trabalha com uma pauta com cerca de 50  
43. processos sendo julgados pelos Conselheiros. Informa que, em janeiro, fevereiro e  
44. março de 2005, houve, em todo o sistema, 535 processos para os quais foram emitidos  
45. FOBIs – Formulário de Orientação Básica Integrado. No mesmo período deste ano, já  
46. ocorreram 6.200 processos. É uma curva ascendente que ainda não chegou a seu pico.  
47. Informa ainda que, em 2002, em todo o sistema, foram julgados 2200 processos; em  
48. 2005, 33.000 processos tiveram FOBIs emitidos. Afirma que isso mostra que a  
49. descentralização tomou um grande impulso e deu às pessoas uma oportunidade de  
50. entenderem o processo, de se adequarem à lei, de procurar o sistema para tomarem  
51. informações. Ainda há muito que melhorar e aperfeiçoar o sistema ao longo do  
52. tempo,mas em um sistema vencedor. Diz participar das reuniões em todas as regiões, o  
53. que lhe dá, na medida certa, uma noção das diferenças regionais, as diferenças de  
54. Conselhos, de reuniões. A diversidade de conhecimento, de visão, de interesse dos  
55. Conselheiros cria uma grande riqueza para as reuniões. A grande riqueza do processo é  
56. a liberdade de expressão das pessoas, de discussão, a democracia que impera em um  
57. Conselho deliberativo como este, onde há representações de todas as instituições e  
58. lideranças representativas de toda a região a discutir os problemas da região. Lembra  
59. que Minas são muitas e que está voltando da primeira reunião do COPAM do  
60. Triângulo, que é muito diferente da que vai acontecer hoje. Lembra ainda que se está  
61. num processo de estruturação, de construção de um modelo que se iniciou há três anos  
62. no estado e que aqui há menos de um ano se começou a fazer FOB. Isso exigiu que  
63. uma grande estrutura fosse montada, os sistemas de informática fossem adaptados,  
64. pessoas fossem treinadas e os Conselheiros fossem preparados para seu papel de  
65. participação. Aconteceu, pela primeira vez, um treinamento de Conselheiros em todas  
66. as regiões, o que foi muito interessante e importante. Isso possibilitou a criação de um  
67. grupo coeso, com maior entendimento do processo, maior participação maior vontade  
68. para solucionar os problemas através da negociação, da diplomacia hábil e  
69. principalmente, da democracia que todos querem construir. Há uma constante  
70. discussão, informação e constantes diálogos propiciados pelo modelo criado em Minas  
71. Gerais. Ressalta que, anteriormente, os FOBIs eram emitidos com um prazo médio de  
72. 60 dias e hoje isso se faz com uma semana, em média, reduziu-se em muito a demora  
73. do processo, o que traz um grande benefício para todos os interessados. Informa ainda  
74. que, a partir de 15 de maio, toda outorga (1-2-3-4) será feita pelo NARC. Está sendo  
75. realizados o último treinamento do pessoal da Agenda Azul que atuará nessa área e  
76. toda a estrutura de informática está sendo adaptada. Lembra que o uso insignificante já  
77. está sendo feito pelo NARC, trazendo maior agilização para o processo. Diz que a base  
78. do processo de outorga tem que estar no computador, onde se faz o controle da  
79. utilização da bacia. Informa ainda, com relação a APEFs referentes a licença (3 e 4),  
80. criou-se um instrumento, um relatório técnico que passa a ser feito que passa a ser feito  
81. imediatamente pelo pessoal da Agenda Verde do NARC. Essas alterações darão grande  
82. agilidade aos processos, acabando com demoras de até um ano e meio na tramitação.  
83. Há grandes resistências a essas modificações, mas elas serão feitas para adaptar o  
84. processo à realidade do mundo atual com a participação de todos. Cita como exemplo a



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

85. 74/04 de cuja estruturação participaram ativamente 1.400 pessoas, com comprovação  
86. de assinaturas, em toda Minas Gerais. Isso faz um documento democrático. Não um  
87. documento estático, mas flexível, sujeito a variações e aperfeiçoamentos com a  
88. evolução da tecnologia. Uma série de modificações bem justificadas já foi sugerida.  
89. Informa ainda outra mudança de paradigma. Têm dado entrada muitos processos de  
90. péssima qualidade por deficiência de orientação para o empreendedor. Diz que, em  
91. reunião com a FIEMG, isso foi colocado e sugeriu-se que se crie uma metodologia para  
92. orientar principalmente o pequeno e médio empreendedor, pois o grande já tem  
93. estrutura própria. O problema tem aumentado e há grande preocupação com relação a  
94. isso. Tem-se procurado criar alguns artifícios para criar dificuldades e evitar que isso  
95. aconteça, pois o atraso de muitos processos se dá em decorrência das muitas idas e  
96. vindas provocadas por sua má elaboração e grande número de falhas. Hoje, com a  
97. informatização do processo, essas falhas ficarão visíveis e se poderá fazer o  
98. acompanhamento do processo. E isso é muito bom para o setor empresarial. Diz ainda  
99. que o modelo é muito estratificado, personalista, individualista, fragmentado. Quando  
100. se fala em análise de ecossistema, a coisa mais importante é o estudo das inter-relações.  
101. É tudo em rede. Nunca se vai entender um ecossistema se não se entende de rede, inter-  
102. relações. Uma coisa sozinha não significa nada. É preciso integrar os sistemas, e a  
103. análise interdisciplinar é necessária. Diz que, muitas vezes, se questiona por que  
104. empresas que poluem têm licença. E explica que em decorrência do trabalho de  
105. cartório, fragmentado, que tem que ser mudado. Se, a princípio, foi importante, hoje  
106. tem que ser remodelado e ser tratado de forma integrada, com envolvimento de todas  
107. as pessoas que o fazem. Diz que se está implantando, em Uberlândia, a análise  
108. interdisciplinar coletiva de projetos. Isso o que impedirá que projetos de grande  
109. importância social e ambiental, nos quais se gastaram grandes quantias fiquem  
110. comprometidos, parados, durante muito tempo, em gavetas, à espera e um técnico  
111. exclusivo para analisá-lo. Preparado pela Fundação D. Cabral, o pessoal está pronto  
112. para trabalhar em equipe, o que exige muito exercício e prática. Os projetos têm saído  
113. com qualidade fantástica. Não há mais um técnico responsável, mas toda uma equipe.  
114. Não existe mais condição, em se tratando de meio ambiente, de falar em especialista. É  
115. preciso ter uma visão muito maior, senão os erros vão continuar acontecendo. Com a  
116. regularização do problema da APEF e da outorga um grande passo já se dá na  
117. agilização dos processos. O Meio Ambiente está se afirmando com nova metodologia  
118. para que se dê rapidez e agilidade. Diz que pretende estar mais vezes no norte de Minas  
119. e que espera inaugurar ainda neste ano o Centro de Referência que está sendo  
120. construído em Montes Claros, primeiro de outros que se iniciarão como os de  
121. Varginha, Uberlândia, Ubá. O Centro será um padrão de sistema que terá juntos órgãos  
122. de meio ambiente da Prefeitura, do Estado, empresários, num mesmo lugar, o que vai  
123. facilitar a discussão e solução de uma série de problemas comuns. Informa que há um  
124. livro de inscrições à disposição dos interessados em falar e pedem que façam a  
125. inscrição para ter direito à palavra, conforme as normas estabelecidas. Agradece à  
126. FIEMG a cessão do local desta reunião. Lembra ainda que o Plano Nacional de  
127. Recursos Hídricos foi aprovado pelo Presidente da República. Quem trabalha com  
128. Comitê de Bacias não pode deixar de lê-lo. É muito bem feito, muito rico. Pede ao Dr.  
129. Renato Quintino que faça uma apresentação sobre o Encontro Regional de Meio  
130. Ambiente no Norte e a Capacitação de Gestores Municipais que vai começar hoje à  
131. noite em Montes Claros. Diz-se entusiasmado com esses Encontros que estão sendo



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

132. feitos. Ressalta a grande participação no Encontro de Uberlândia. É um bom momento  
133. para se dialogar, para se discutirem problemas, para se obterem novas informações. **Dr.**  
134. **Renato Quintino**, Diretor de Articulação Institucional da SEMAD, faz convite para  
135. que todos os Conselheiros estejam à noite no auditório da UNIMONTES, onde  
136. acontecerá o Encontro Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas. Em seguida  
137. expõe sobre o Encontro, conseqüência de um Encontro Estadual convocado pelo  
138. Governador Aécio Neves, em decreto de 23 de setembro de 2004, e realizado em 18 e  
139. 19 de janeiro e 2005. **Dr Shelley Carneiro** agradece a participação e diz que vale a  
140. pena estar presente e discutir a municipalidade. Diz que Minas vem sendo muito  
141. elogiado quanto ao aspecto de licenciamento e mudanças paradigmáticas. Apesar de  
142. haver crescimento, é necessário um esforço muito grande para alcançar uma  
143. independência maior dos municípios. Uma participação maior como um todo para que  
144. se possa ter uma rede formada. Ressalta a importância de se diferenciar centralização  
145. de agregação. Destaca ainda artigo sobre “Bem-te-vi e Palito”, dois prefeitos de Minas,  
146. publicado no jornal distribuído aos Conselheiros.  
147. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros – O Conselheiro Dalton Figueiredo**, da  
148. Prefeitura de Pirapora, comunica que, no último dia 09 de março, com a presença de  
149. Dr. Shelley, aconteceu, em Pirapora, o lançamento oficial da COLMEIA – Comissão  
150. Local de Meio Ambiente. A COLMEIA de Pirapora abrange 11 municípios. Houve  
151. também o lançamento da Agenda 21 a ser implantada nesses 11 municípios. Manifesta  
152. ao Dr. Paulo César sua satisfação pela assinatura do Termo de Ajuste de Conduta com  
153. a Companhia Mineira de Metais, iniciando o processo de verificação da mortandade  
154. dos peixes. Diz que, infelizmente, Pirapora não foi contemplada e espera que isso  
155. aconteça numa segunda fase, pois está sofrendo as conseqüências do assoreamento,  
156. com o rio praticamente cortado pela metade. O **Presidente Dr. Shelley** ressalta que  
157. essa reunião de Pirapora foi muito interessante e que a COLMEIA é um modelo muito  
158. interessante de administração. O **Conselheiro Paulo César Lima**, da Promotoria do  
159. São Francisco, informa que, no pólo de Montes Claros, na semana passado, deu-se  
160. início à implantação da COLMEIA, estando ainda em fase de delimitação da área de  
161. abrangência e, em breve, se trabalhará a implantação da Agenda 21. O **Conselheiro**  
162. **Arimar Soares**, da FETAEMG, informa que ontem esteve em reunião no Projeto  
163. Jaíba, com o Conselho de Política Ambiental do Projeto Jaíba, e foi aprovada a licença  
164. com algumas condicionantes para o projeto. Apesar do que a inda se tem que fazer, a  
165. reunião foi muito proveitosa. O **Presidente** informa que a reunião foi coordenada pela  
166. Dra. Miriam e esclarece que o Projeto Jaíba foi objeto de uma grande discussão em  
167. Belo Horizonte, em três reuniões. Se não fosse aprovado, não se conseguiria abrir a  
168. venda dos lotes, além de outros problemas que já ocorriam. Houve um grande número  
169. de condicionantes porque se teve que considerar as condicionantes do Jaíba I, que não  
170. tinham sido atendidas, e também as do Jaíba II, que estava sendo implantado. Um  
171. grupo grande foi criado para acompanhar esse processo. Por isso foi marcada essa  
172. reunião para o local, à qual não pôde estar presente. Sabe que deve ter sido muito  
173. proveitosa. O **Conselheiro Eduardo Gomes**, do Instituto Grande Sertão, lembra que,  
174. em 2004, neste Conselho, teve a oportunidade de lançar idéia da APA Lapa Grande e,  
175. no ano passado, o Conselho votou a moção apoiando a idéia. Em 11 de novembro do  
176. ano passado, realizou-se a audiência pública, em Montes Claros, para criação do  
177. parque, e, em 11 de janeiro, pela assinatura do decreto pelo Governador. É uma dos  
178. mais rápidos processos de criação de parques. Dia 22 deu-se uma reunião, no IEF, com



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

179. os proprietários para esclarecer a lisura com que vai ser conduzido para não causar  
180. prejuízos. Hoje o ITER está na área com apoio dos proprietários, fazendo as medições  
181. necessárias para se encaminhar o processo de desapropriação. Agradece o apoio dos  
182. Conselheiros e lembra que isso é uma conquista do COPAM Norte. Criar novas  
183. unidades de conservação, além de trabalhar a questão da gestão ambiental, deve tornar-  
184. se uma rotina do Conselho. O **Presidente Dr. Shelley** lembra a importância das  
185. moções, ressaltando que em Grão Mogol se discutiu este parque e o de Grão Mogol,  
186. que também já está regularizado pela Assembléia. Fruto de um grande trabalho  
187. conjunto, existem hoje dois parques maravilhosos para toda a sociedade do Norte. Diz  
188. que, mesmo não entrando nos detalhes técnicos da importância desse parque, destaca as  
189. maravilhas de Grão Mogol e, depois que a estrada estiver pronta, a cidade, por sua  
190. características, por sua história, será uma Tiradentes do Norte. Com Irapé, a região vai  
191. transformar-se, porque é muito bonita. É muito importante destacar essas belezas que  
192. estão escondidas. Minas conhece Tiradentes e Ouro Preto e não conhece esta região. O  
193. parque vai dar um sentido interessante e será um incentivo a mais à parte turística da  
194. região. As discussões de Grão Mogol e as outras discussões fizeram com se tivessem  
195. dois parques importantes aprovados em tempo recorde. O **Conselheiro Damastor**  
196. **Alves de Souza**, do Grupo Ecológico Campista de Montes Azul, informa que esteve  
197. em Espinosa, onde também esteve a Dra. Josefina, do IEF, a convite da população e do  
198. Prefeito de Mamonas, para discutir a criação de um parque em uma área que é  
199. explorada por uma empresa que trabalha com eucaliptos cujo prazo já está vencido e  
200. que, mesmo assim, vem fazendo o trabalho de destoca da mata recomposta com  
201. tratores de esteira e correntões e com licença do IBAMA. Esse parque que se pretende  
202. criar englobaria os municípios de Espinosa, Monte Azul, Gameleiras e Mamonas. Já se  
203. iniciaram alguns estudos nesse sentido e todos da região estão ansiosos para que  
204. aconteça de fato. Pede também que se faça o levantamento da Serra Geral nos  
205. municípios de Montes Azul, Mato Verde, Santa Antônio do Retiro, para que fosse feito  
206. um estudo para a criação de uma unidade de conservação, pois na área está o pico mais  
207. alto do Norte de Minas e há grande número de nascentes, grutas, desenhos rupestres.  
208. Pede que se faça uma moção nesse sentido. O **Conselheiro Paulo César Lima**, diz  
209. que, quanto ao problema da destoca por parte do IBAMA, teve a visita da Supervisora  
210. do IEF, Dra. Josefina, e imediatamente manteve contato com Roberto Messias, Gerente  
211. Executivo do IBAMA, e está com uma visita agendada para 18 de abril, aqui em  
212. Montes Claros, para discutir esse problema histórico das licenças. O **Conselheiro Ney**  
213. **Barbalho**, do IBAMA, diz que foi citado pelo Conselheiro Damastor uma área da  
214. Calsete, que já foi objeto de denúncia no Conselho. Informa que já houve um Termo de  
215. Ajuste de Conduta entre a Promotoria e a Calsete, em que se comprometeu a não  
216. utilizar as práticas. O Conselheiro Paulo César Lima informa que, em relação à região  
217. que é de grande importância, foi firmado um TAC com a empresa, que foi  
218. encaminhada para o licenciamento ambiental. A UFMG foi contratada para fazer um  
219. projeto de recuperação das áreas degradadas, que já está sendo implementado. Além  
220. disso, a empresa, como medida compensatória, construiu 260 barraginhas para  
221. captação da água da chuva na região. Independentemente do TAC, há uma demanda  
222. dos prefeitos da região para se deixar aquela área intacta. É outro processo para o qual  
223. está sendo feita uma grande mobilização. O **Conselheiro Major Jorge Bonifácio**  
224. informa que essa denúncia chegou também à Polícia Militar e Meio Ambiente e, na  
225. semana passada, o IEF de Janaúba e a Polícia Militar de Janaúba estiveram no local e



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

226. embargaram a atividade porque estavam extraíndo pés de pequi e usando tratores com  
227. correntões. A atividade foi embargada pela Polícia de Meio Ambiente e foi feito um  
228. auto de infração. O **Conselheiro Paulo César Lima** diz que a Supervisora do IEF,  
229. Josefina, confirmou esse fato para ele, ontem, porque o TAC foi no sentido de  
230. licenciamento ambiental, recuperação da área, medidas compensatórias. Esclarece que  
231. o TAC não impede a ação dos órgãos administrativos. O IEF esteve lá e verificou que  
232. estavam explorando mata nativa sem autorização do IEF. Em razão disso, foi  
233. embargado. O **Conselheiro Ney Barbalho** diz que na reunião do GCFAE houve essa  
234. denúncia, e a posição do IBAMA é que onde existem plantios novos, no entanto o  
235. IBAMA não deu licenciamento para novos plantios. Esse licenciamento, segundo o  
236. acordo SEMAD/IBAMA, tem que ser feito no COPAM. O IBAMA entende que o  
237. COPAM, na medidas em que vê que existem novos plantios, deve chamar esses  
238. empreendedores para se licenciarem. O **Conselheiro Paulo César Lima** reitera sua  
239. preocupação com as atividades de silvicultura na região, objeto de moção dos  
240. Promotores de Justiça para o Secretário, Presidente do COPAM, no final do ano  
241. passado, e que foi reiterada pelo COPAM Norte em dezembro. Solicita informação  
242. sobre sua tramitação no COPAM, em Belo Horizonte. **Dr. Shelley** diz que na reunião  
243. do GCFAE foram feitas acusações muito duras ao IBAMA e ao IEF também. O  
244. Presidente do IBAMA teria garantido que as medidas seriam tomadas imediatamente.  
245. Quanto à carta dos Promotores, informa que está com o IEF e com o IBAMA e com o  
246. Grupo para analisar e dar uma resposta. Diz que um projeto de unidade de conservação  
247. precisa de um projeto. Questiona se esse projeto existe, se está em andamento. Vai  
248. solicitar informação à SEMAD e ao IEF de Montes Claros. O **Conselheiro Paulo**  
249. **Ribeiro**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros, coloca a  
250. Secretaria de Montes Claros à disposição para ajudar no que for necessário. Agradece a  
251. criação do Parque Estadual da Lapa Grande e o apoio especial do Dr. Shelley à idéia e  
252. o apoio do Conselho. Agradece ao Governador Aécio Neves; ao Dr. José Carlos de  
253. Carvalho; ao IEF, na pessoa do Dr. Célio do Valle e toda sua equipe, agradece o  
254. esforço para a criação desse parque; ao ITER, cuja equipe já está fazendo o geo-  
255. referenciamento dos limites; agradece ao Instituto Grande Sertão e à sociedade de  
256. Montes Claros que luta há mais de 45 anos por esse sonho. Mais de 5.000 assinaturas  
257. foram enviadas ao Governador pedindo pela criação do parque. Destaca que também  
258. existe em Montes Claros a lei do Ecocrédito, que será regulamentada nesta semana.  
259. Primeira lei, no Brasil, de incentivo ao meio ambiente. Espera que sirva de modelo  
260. para outros municípios e mesmo para o Estado, podendo ser uma solução para a mata  
261. seca a adoção do ecocrédito. Convida todos para comparecerem à exposição que fará  
262. na UNIMONTES sobre o assunto. Lembra que mais tarde, à noite, o Secretário José  
263. Carlos de Carvalho estará fazendo a abertura do Encontro Norte-Mineiro de Meio  
264. Ambiente, com aula magna do Prof. Hugo Werneck. O Presidente Dr. Shelley diz que  
265. gostaria de abraçar o Conselheiro Paulo Ribeiro, porque essas coisas são feitas por  
266. pessoas que têm ideal, que lutam por aquilo em acreditam. Precisa-se de pessoas como  
267. ele e outros que tanto têm colaborado com o COPAM. Precisa-se de instituições fortes  
268. para que se trilhem caminhos diferentes no aspecto de proteção ambiental. Afirma que  
269. Montes Claros conseguiu uma grande vitória que apenas será avaliada com o correr do  
270. tempo. Cita o exemplo da conservação do Parque do Rio Doce. Diz que é preciso  
271. divulgar a idéia do ecocrédito. O **Conselheiro Alexandre Machado Pinto**, da  
272. FAEMG, informa que a FAEMG, através do Programa Semeando, ultrapassou, no final



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

273. do ano, a marca de 2.085.000 crianças instruídas através do projeto Semeando. É o  
274. maior programa de educação ambiental nacional. Pergunta à Polícia Ambiental o que  
275. pode ser feito com relação a excesso de cargas de caminhões de carvão, que trafegam  
276. com 28 e até 30 toneladas, quando são projetados para 15 toneladas. As estradas  
277. poderiam ser mais bem equipadas com balanças, especialmente a estrada da produção,  
278. utilizada para desvio de cargas. O Conselheiro Major Jorge Bonifácio diz ser ótima a  
279. colocação do Conselheiro porque esse problema do excesso de carga está disciplinado  
280. na Lei 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro). Informa que houve problema na Br 135,  
281. no posto de fiscalização de Mirabela, porque lá existe uma balança que funciona 24  
282. horas por exigência da Polícia junto ao DER. Aconteceram várias manifestações  
283. exigindo que a balança fosse retirada, porque apenas lá existia balança no estado de  
284. Minas Gerais. Informa ainda que foram feitos estudos para se colocar uma balança na  
285. estrada que liga Brasília de Minas a Coração de Jesus e, antes da colocação da balança,  
286. houve manifestação contrária. Não adianta a manutenção da estrada se não se fizer a  
287. construção dos postos de pesagem e não se cumprir a legislação. O Presidente Dr.  
288. Shelley diz que isso não é um problema só de Minas, mas do Brasil inteiro. De sua  
289. experiência como engenheiro do DER, diz que a estrutura das estradas realmente não  
290. têm condições de suportar as cargas. E esse problema só será superado se houver  
291. controle absoluto de excesso, mas há dificuldade de se fazer isso pela falta de pessoal e  
292. de equipamentos. Diz ter contado 2.000 caminhões de carvão durante uma viagem que  
293. fez para Montes Claros. O **Conselheiro Alexandre Machado Pinto** diz que a estrada  
294. da Produção é uma estrada nova, inaugurada há 4 anos, com tratamento especial de  
295. TSD, com apenas 1,5cm de revestimento. Com isso sofre com o excesso de carga.  
296. Como solução, sugere balanças móveis, que ocupam espaço muito pequeno. O  
297. **Conselheiro Paulo César** informa que, há alguns dias, houve uma reunião com o  
298. Prefeito Dr. Athos Avelino, todo o secretariado e representantes da Polícia Militar para  
299. preparar um evento a ser realizado no dia 21 de maio, uma espécie de Ação Global, que  
300. ocorrerá no bairro Maracanã. A Comissão Organizadora decidiu que o foco será a  
301. criança e a juventude, problema sério da cidade, e a questão ambiental. Seria  
302. interessante que todos os órgãos ambientais se juntassem a esse trabalho. Esta ação é  
303. apenas um mote para o que poderá tornar-se um fórum, um trabalho permanente.  
304. **Item 5** – Exame das Atas da 18ª Reunião Ordinária, do dia 09/11/2005, e da 19ª  
305. Reunião Ordinária, do dia 09/12/2005. - A **Conselheira Mônica Maria Ladeia**, da  
306. AREA, pede que se faça correção na ata da 19ª RO, onde aparece como SUPLENTE,  
307. sendo, de fato, TITULAR. Também pede que na linha 106 onde se diz que “ o  
308. tratamento de esgoto é um problema”, escreva-se “a falta de tratamento”. O  
309. **Conselheiro Alexandre Machado Pinto** pede que se faça mesma correção. O  
310. **Conselheiro Damastor Alves de Souza** pede que na ata da 18ª RO se faça a correção  
311. de seu nome que está registrado com “Adamastor”. O **Presidente** coloca as atas em  
312. votação, com as devidas correções. Ambas são **aprovadas**.  
313. **Item 6** – Processo Administrativo para Licença Prévia – Abdala Garcia Saad –  
314. Fazenda Santa Lucélia- Silvicultura – Buritizeiro/MG. O **Presidente** coloca em  
315. discussão. Colocado em votação, o processo é **aprovado**.  
316. **Item 7** – Processo Administrativo para Exame de Licença de Operação – Lafarge do  
317. Brasil S.A. – Montes Claros/MG – exploração de argila. O **Presidente** coloca em  
318. discussão. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** pede a presença do representante da Lafarge,  
319. Sr. Eurico, e do representante do IGAM, uma vez que fizeram uma reunião na



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

320. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para que dêem depoimento acerca do que foi  
321. acertado. Antônio Carlos, Gerente do Núcleo do IGAM em Montes Claros, diz que  
322. ficou acordado com a Lafarge, nessa reunião, o cumprimento da DN 16, do Conselho  
323. Estadual de Recursos Hídricos, que diz respeito, dentre outras ações emergenciais de  
324. uso sustentável da Bacia do rio Riachão, uma sugestão para condicionante do processo  
325. administrativo da Lafarge: a construção de mini-barramentos no leito do rio Riachão e  
326. em afluentes em número de 12 mini-barramentos. Ressalta que é compensação  
327. ambiental. Ainda se condicionam horas de retroescavadeira para a construção dos mini-  
328. barramentos. O **Presidente** informa que é preciso seguir uma norma. Se isso for um  
329. condicionante por necessidade premente de alguma degradação relativa à obra, tudo  
330. bem. Se for uma compensação, deve ser aprovada, depois deve ir para a Câmara de  
331. Biodiversidade. Ela é que aprova a compensação. O COPAM não tem condição de  
332. aprovar compensações aqui ainda. O COPAM aprova o pedido de compensação, mas  
333. como ela vai ser pode ser uma sugestão. Há uma equipe de compensação no IEF que  
334. faz esse projeto, que é encaminhado, de acordo com a legislação, à Câmara de  
335. Biodiversidade e ela vai definir o que fazer. Sugere que se coloque como  
336. condicionante para facilitar o andamento. O **Conselheiro Paulo César** concorda com a  
337. proposta, mas sugere que, quando um processo de mineração vier para o Conselho, já  
338. viesse com esse projeto, com essa informação da Câmara de Compensação, para  
339. facilitar a discussão. O **Presidente** explica que a LP e a LI foram dadas em Belo  
340. Horizonte pela Câmara específica e a LO está sendo dada aqui. **Dra. Márcia**,  
341. Assessora Jurídica do IEF, informa que a lei da compensação ambiental é a lei do  
342. SNUC, art. 36, onde o empreendedor tem que apresentar primeiro o estudo do  
343. EIA/RIMA e recebe a licença. Com a licença em mãos, isso é encaminhado à Equipe  
344. de Compensação Ambiental onde há um pagamento de até 0,5% do impacto causado  
345. pelo empreendimento, que deve ser direcionado à unidade de conservação mais  
346. próxima do empreendimento. É essa a compensação ambiental que está na lei e está  
347. sendo usada pelo IEF. O **Presidente** informa que foi aprovada pela Câmara uma  
348. modificação nessa lei, que deve ser assinada no próximo mês. Ela diz 0,5%, o mínimo,  
349. estipula até 1,1% gradualmente. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** esclarece que está  
350. próximo à bacia do Riachão, que tem um conflito histórico pelo problema da água e a  
351. compensação se daria nessa bacia. Essa compensação é decorrente de trabalho de  
352. monitoramento do IGAM e a sugestão de minorar a situação lá foi feita pelo IGAM,  
353. apresentando essa proposta técnica que a empresa concordou em realizar. Pede ao Sr.  
354. Eurico, representante da empresa, que esclareça o que está como condicionante 9. O  
355. **Sr. Eurico** diz que, na realidade o que se tentou fazer é transformar a parte do material  
356. que ficou restrito à empresa em metros de barragem para ficar um a coisa mais  
357. definida., mas, se houver a decisão de se considerar o fornecimento do cimento, da  
358. areia, da pedra e das horas de máquina, para a empresa é indiferente. O **Conselheiro**  
359. **Paulo Ribeiro** pede que o IGAM se manifeste, uma vez que é seu o projeto. **Sr.**  
360. **Eurico** informa que houve um acordo para isso se realizar em 2007. **Antônio Carlos**,  
361. Gerente do Núcleo regional do IGAM, informa, sem a madeira, não há como utilizar o  
362. material que a empresa está fornecendo para a construção dos mini-barramentos.  
363. Assim, pode-se transformar em metros lineares de barragem sem problema. O  
364. **Conselheiro Paulo Ribeiro** diz que a proposta é de 60 metros. Na avaliação feita,  
365. estava em torno de R\$ 100.000,00 a contrapartida da Lafarge. **Antônio Carlos** diz que  
366. 60 metros é insuficiente, porque apenas um barramento tem 70 metros. São





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

367. barramentos que variam de 12 a 70 metros. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** esclarece  
368. que a proposta de 60 metros parte de que a empresa afirma que isso equivale ao  
369. material acordado. O Presidente chama a atenção para o fato de se tratar de um  
370. licenciamento e não se pode colocar uma proposta vaga. É preciso que haja projeto e  
371. ele não está anexado ao processo. Questiona se concordam que o condicionante dá ao  
372. IGAM poder de negociação esse processo. O **Sr. Eurico** foi discutida a potencialidade  
373. de participação da empresa no empreendimento das 12 barragens. A empresa  
374. concordou em participar com a parte com que a empresa tem como contribuir, o  
375. material e horas de máquina, condizentes com o empreendimento no qual está inserida.  
376. O fornecimento da madeira ficou de negociado com outros parceiros. Com relação a  
377. sua proposta, a empresa tentou transformar o montante referente ao material e horas de  
378. máquina em construção efetiva de barragens, no sentido de ter uma contribuição  
379. definida. Por isso foram propostos os 60 metros. O **Presidente** entende que há um  
380. problema, mas que pode ser sanado dando-se um prazo. Foi colocado que o IGAM  
381. deveria colocar o projeto como condicionante no processo para ser julgado. Propõe,  
382. para não atrasar o processo, que o IGAM, junto com a empresa, anexasse ao processo  
383. com urgência o que fosse negociado, para estar incluído no processo. Por outro lado, o  
384. Conselho votaria o processo com essa condicionante, desde que seja adicionado, num  
385. prazo de 10 dias, esse projeto dentro dos arquivos e do procedimento de licença.  
386. Informa que, se não for colocado, o Conselho pode cancelar a licença. O **Conselheiro**  
387. **Paulo César** afirma ter visto em algum lugar essa informação de 60 metros e questiona  
388. onde está. **Dr. Clénis Farias, Procurador da Lafarge** lê uma redação para o  
389. condicionante que está no parecer técnico como condicionante 9: “A empresa deverá  
390. participar do projeto elaborado pelo IGAM de construções de pequenas barragens na  
391. sub-bacia do Riachão, contribuindo com o fornecimento de materiais e horas/máquina  
392. suficientes para a construção de 60 metros lineares de barragem.” Informa que a  
393. empresa se compromete a realizar isso no ano de 2007. O **Presidente** pede que seja  
394. encaminhada a proposta ao setor jurídico do NARC e questiona se ficou claro para  
395. todos. **Fabiano**, técnico do NARC, diz que elaborou o parecer técnico e concorda com  
396. o advogado, mas não se deve esquecer do que está no final: “encaminhando relatórios  
397. técnicos fotográficos para análise do COPAM”. **Antônio Carlos** sugere 80 metros,  
398. uma vez que as barragens já estão locadas. O **Procurador da Lafarge** concorda com a  
399. proposta de 80 metros. O **Conselheiro Eduardo Gomes** propõe que antecipe o prazo  
400. para 30 de setembro, evitando-se coincidir com o período chuvoso, quando as  
401. barragens já estariam prontas. O Processo é colocado em votação com as modificações  
402. propostas. É **aprovado**.  
403. **Item 8** – Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva –  
404. Adelino Jacomini- Fazenda Terra Nova - Bonfinópolis/MG – O **Conselheiro Paulo**  
405. **César** pede vistas do processo. O **Presidente** concede vistas ao Conselheiro.  
406. **Item 9** - Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva “ad  
407. referendum” – Seleta e Boazinha Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda.  
408. – Salinas/MG – fabricação de aguardente. O técnico **Alexandre** diz que as informações  
409. levantadas na vistoria pedida estão no adendo e faz uma pequena exposição para os  
410. Conselheiros. Com relação ao monitoramento proposto pelo COPAM referente à  
411. entrada e saída do sistema de tratamento, esclarece que nos parâmetros ficou “análise  
412. de DBO e DOB”, devendo ser “DBO e DQO”. Com relação à condicionante 1, informa  
413. que o mapa já foi enviado. Quanto ao lençol freático informa que ele se encontra entre



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

414. 12 e 15 metros de profundidade. O **Presidente** coloca o processo em votação. É  
415. **aprovado.**
416. **Item 10** - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva –  
417. 10.1 – Autoposto Lagoense Ltda. – comércio varejista de combustível e lubrificantes –  
418. lagoa Grande/MG  
419. 10.2 – Cerâmica Fortaleza - fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro  
420. cozido – São João do Paraíso/MG.
421. O **Presidente** coloca em destaque. O **Conselheiro Eduardo Gomes** comenta que os  
422. procedimentos em relação a cerâmica sempre foram polêmicos e acredita que o  
423. processo está avançando bem, principalmente o questionamento era quanto à origem da  
424. matéria-prima. Nota-se que os prazos e as exigências começaram a se adequar. O  
425. **Presidente** coloca em votação os dois processos, que são **aprovados.**
426. **Item 11** – A experiência do monitoramento ambiental e social no empreendimento  
427. SOMAI Nordeste – Apresentação da Faculdade Santo Agostinho – Prof. Luís Lobo  
428. Aproveitando o tempo de preparação do equipamento, o **Presidente** informa que as  
429. próximas reuniões serão em Capitão Enéas, Salinas e Bocaiúva. O **Conselheiro**  
430. **Eduardo Gomes** propõe que se programe uma visita dos Conselheiros ao Parque da  
431. Lapa Grande.
432. O **Prof. Luís Lobo** diz que, diante dos problemas vivenciados pela população durante  
433. mais de 30 anos, propôs à empresa montar um amplo programa de responsabilidade  
434. ambiental e social de empresa junta a essas comunidade tendo como foco principal a  
435. questão da mosca. Diz que, na região, as empresas já estão assumindo seu papel no  
436. âmbito da responsabilidade social e ambiental e os órgãos ambientais têm contribuído  
437. para isso.
438. O **Presidente Dr. Shelley** agradece a apresentação e destaca como a própria sociedade  
439. procura seus caminhos. O problema de frango não é só daqui, mas de todas as regiões.  
440. Em Divinópolis, uma reunião de mais de quatro horas discutiu o assunto. Elogia  
441. bastante o trabalho realizado pela SOMAI e diz que ele deve ser divulgado. Diz-se  
442. preocupado com o problema da gripe do frango em razão da queda do preço que pode  
443. trazer muitos problemas para a exportação, e mercado interno não consome o que se  
444. produz. Diz que medidas têm sido tomadas para evitar eu a gripe entre aqui. Existem  
445. muitas idéias otimistas de que não chegará. O grande problema que temos é de exóticas,  
446. como o mexilhão dourado que veio em cascos de navios e hoje é o terror do tratamento  
447. de água, das barragens. Também o caramujo africano, trazido para substituir o  
448. escargot, não deu certo e está arrebatando a agricultura da zona da mata. O mesmo  
449. tem acontecido com peixes. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** dá um depoimento sobre o  
450. trabalho da SOMAI que hoje se assenta para discutir. Diz que as lideranças  
451. reconhecem a boa intenção. Fala sobre a parceria com a Secretaria, tendo iniciado o  
452. trabalho das florestas sociais nas estradas vicinais do município. A empresa está se  
453. modernizando, mudando sua consciência e fazendo u grande trabalho social. O  
454. **Conselheiro Paulo César Lima** destaca que as coisas estão avançando em matéria  
455. ambiental. O COPAM tem um papel fundamental nesse avanço. Lembra as diversas  
456. visitas que recebeu do Espanhol (Sr. Dionísio Candelas) e o avanço que se deu nas  
457. negociações de um problema histórico na região. Diz que o COPAM e os técnicos  
458. estão de parabéns por terem tido paciência e terem contribuído, participando com a  
459. comunidade. Espera que a empresa cumpra o programa que está apresentado e  
460. definitivamente se resolva esse problema. O **Presidente** diz que divulgará esse



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

461. programa, sobretudo no Triângulo que o maior produtor de avicultura. Só esse  
462. programa valeu sua vinda.

463. **Item 12 – Assuntos Gerais - O Conselheiro Júlio César Denucci**, da  
464. FEDERAMINAS, diz que é muito cobrado quanto ao problemas dos postos de  
465. combustível, porque alguns são adequados e a maioria não é. Diz que há denúncias  
466. sérias para serem resolvidas e questiona o se poderia fazer para dar uma satisfação para  
467. aqueles que estão adequados, pois já foi dado um prazo. O prazo foi prorrogado e a  
468. grande maioria continua sem adequação. O **Presidente Dr. Shelley** diz que, quando  
469. Presidente da Câmara Técnica do CONAMA, e foi aprovada a legislação sobre postos  
470. de combustível, ficou impressionado quando conheceu o grande número de acidentes  
471. que ocorriam em postos de combustível. A legislação é federal e vai ser implantada  
472. gradativamente. Informa que no Brasil há 4.800 postos de combustível e apenas cerca  
473. de 2.300 entraram com processo para o licenciamento. A FEAM está enviando para os  
474. NARCs mais de 1.800 processos de licenciamento. Está sendo feita uma triagem desse  
475. material para dar o devido encaminhamento. Está-se fazendo um planejamento para  
476. definir como resolver o problema desses processos. Houve um acúmulo de processo  
477. em Belo Horizonte e hoje não se pode simplesmente mandar isso para os NARCs sem  
478. a estrutura adequada. E não são processos apenas de postos. Tudo isso está sendo  
479. equacionado nos próximos dois meses. Técnicos têm sido treinados de maneira  
480. profunda para atuar. Depois de avaliar esses processos, colocá-los em pauta e julgá-los,  
481. entra a segunda fase que é identificar quem entregou e quem não entregou. Estes  
482. sofrerão os ditames da lei. É importante ter cuidado no momento de transição e  
483. implantação da lei, mas tudo está sendo feito para que tudo aconteça com maior  
484. rapidez. Isso é problema de todo o Brasil. O **Conselheiro Júlio César Denucci**  
485. informa que Montes Claros tem 63 postos para uma população de 75.000 veículos. Per  
486. capita, tem mais postos que Brasília. É um número absurdo que traz problemas com  
487. relação ao equilíbrio, elevando-se o preço para manter o ponto de equilíbrio. O  
488. problema é que há empreendimento que cumpriu, investe e há o que não cumpriu, não  
489. investiu. Há então outro desequilíbrio, penalizando o empreendedor que está  
490. cumprindo a legislação. Essa é a cobrança que se faz. Dr. **Shelley** se propõe levantar os  
491. dados em relação à região. O **Conselheiro Eduardo Gomes** diz que, pela Prefeitura  
492. de Montes Claros, tem acompanhado o problema dos postos e é grave quando se trata  
493. diretamente do meio ambiente, de poluição do solo, das águas. Há postos que têm  
494. problemas há três ou quatro anos e não sofreram a fiscalização com o rigor necessário,  
495. porque são problemas gritantes que exigem a paralisação imediata. Concorde com o  
496. Conselheiro quando fala em injustiça em relação aos que cumprem a lei. O  
497. **Conselheiro Major Jorge Bonifácio** informa que a Polícia Ambiental da região, no  
498. ano passado, foi treinada para a fiscalização ambiental em postos de gasolina. Espera-  
499. se um posicionamento do NARC para que se faça uma patrulha itinerante em todos  
500. os,postos da cidade e da região para as devidas medidas. O **Presidente** diz 45 projetos  
501. estão sendo enviados para serem julgados aqui. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** diz que,  
502. com relação aos postos de gasolina, corre-se risco de vida, porque há vazamentos  
503. grandes, lençol freático totalmente contaminado, famílias denunciam que a água fede a  
504. óleo diesel, e m,ais interessante é que na página oficial da ANP havia o nome, endereço  
505. e telefone de três postos com gasolina adulterada e nada aconteceu. O consumidor  
506. continuou a ser lesado. Diz que é importante montar uma ação emergencial efetiva com  
507. relação aos postos de gasolina em Montes Claros. O **Conselheiro Paulo César** reitera



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

508. o convite para o Encontro Regional do Meio Ambiente, à noite. Informa que o  
509. Procurador Geral de Justiça, Dr. Jarbas Soares Júnior, estará presente e, nessa  
510. oportunidade a Promotoria do São Francisco estará assinando três convênios  
511. importantes para a região: convênio com o Instituto Grande Sertão, reivindicação  
512. antiga; convênio com a UNIMONTES e convênio com Fundação Santo Agostinho.  
513. São convênios de cooperação técnica. Técnicos da região farão as perícias e  
514. subsidiarão os trabalhos dos Promotores da região. Informa que amanhã a Promotoria  
515. do São Francisco apresentará vídeo sobre projetos em que tem participação na região  
516. Norte e, em seguida, iniciará a implementação do programa de Gestão Municipal  
517. Ambiental para os municípios do Norte de Minas. Esse projeto está tramitando no  
518. Ministério do Meio Ambiente desde o ano passado e agora começará a ser implantado  
519. com recursos e esforço dos parceiros. No evento serão assinados Termos de  
520. Ajustamento de Conduta para a efetivação dos CODEMAs e atualização da legislação.  
521. O NARC elaborou um kit com legislação atualizada e isso será repassado aos prefeitos.  
522. Na oportunidade, a UNIMONTES, a UFMG e a Fundação Santo Agostinho farão  
523. apresentações de suas potencialidades em relação ao sistema de gestão ambiental. Nos  
524. TACs estão previstos convênios das prefeituras com essas entidades para apoio  
525. técnico. A idéia é fortalecer os municípios do Norte de Minas para saírem na frente  
526. com esses projetos prontos, feitos a baixo custo pelas universidades. Destaca o trabalho  
527. feito no município de Mirabela e contando com toda estrutura. O **Conselheiro**  
528. **Damastor Alves de Souza** pede que seja enviado aos órgãos do estado, com a máxima  
529. urgência, pedido para viabilização da unidade de conservação nos municípios de  
530. Espinosa, Gameleiras, Mamonas e Monte Azul, grande sonho desses municípios.  
531. Parabeniza o Prefeito de Mamonas que tomou a iniciativa desse movimento, indo de  
532. encontro aos interesses da firma que explora e depreda a área. Sugere para a área o  
533. nome já corrente na região de “Caminho das Gerais”. Pede também que faça o  
534. levantamento da área de Monte Azul, Santo Antônio do Retiro e Mato Verde, na Serra  
535. Geral, onde está o pico mais alto do Norte de Minas, com 1.850m, e outras riquezas.  
536. Pede também que se faça uma reunião do COPAM em Monte Azul. O Presidente Dr.  
537. Shelley diz que o maior problema no Brasil é demarcação de terras devolutas. Para se  
538. legalizar terras devolutas é preciso fazer um trabalho muito grande. O ITER está  
539. envolvido nesse trabalho. Pede que se escreva a moção para se colocar em discussão e  
540. votação. O **Conselheiro Paulo Ribeiro** lembra ao Conselheiro que a Lapa Grande era  
541. um sonho e hoje é uma realidade. Diz ainda que nenhum parque estadual está  
542. plenamente regularizado, nem o Rio Doce, que tem 60 anos, em razão desse trabalho  
543. de demarcação. Informa que ontem foi criado o primeiro Conselho do Parque da  
544. Sapucaia, em Montes Claros, nos moldes do Peruaçu, com o envolvimento da  
545. comunidade para recuperá-lo. Diz também que o Prefeito tem estimulado a criação de  
546. OSCIPs e foi criada uma só de empreendedores “ Associação dos Amigos do Verde –  
547. AVE”, cujo presidente é o Conselheiro José Augusto e que também tem a participação  
548. do Conselheiro Julius César Denucci. O **Presidente** informa que O Secretário José  
549. Carlos já está se deslocando para Montes Claros onde participará da abertura do  
550. Encontro Regional. Passa a chamar as pessoas inscritas. O **Conselheiro Eduardo**  
551. **Gomes** fala em nome de Leonardo Esteves, da Polícia Civil, e diz que há em Montes  
552. Claros uma Delegacia Civil de Meio Ambiente e que ela está sendo estruturada e está  
553. se tornando um instrumento importantíssimo no processo com a Polícia Militar e o  
554. Ministério Público e os outros órgãos de fiscalização. Diz que a idéia é haja empenho  
555.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

556 pára a manutenção dessa delegacia, principalmente agora com a criação do Centro de  
557 Referência Ambiental. O **Presidente** pede que se redija a moção. O **Sr. Adailton**  
558 **Souza**, de Janaúba, Secretário da Associação de Produtores Rurais, diz que o problema  
559 é que a comunidade tem baixa condição financeira e, com a regularização da outorga de  
560 água, muitos produtores não têm condição de arcar com as despesas. E não se sabe o  
561 que fazer. Pede ajuda ao COPAM e ao IGAM para encaminhar solução. O **Presidente**  
562 diz que isso é uma preocupação já se está estudando a outorga de água com muito mais  
562 carinho. Diz que a maioria das propriedades rurais cai no uso insignificante, que  
563 praticamente não tem custo. Muitas vezes o que acontece é falta de informação. Sugere  
564 a própria Associação entre em contato para orientação com o COPAM, o IGAM. Está-  
565 se fazendo esforço, para racionalizar os processos para o pequeno produtor rural e  
566 facilitar. Pensa-se também num trabalho de orientação para tirar as dúvidas e  
567 esclarecer. Informa que pedirá o IGAM para fazer uma apresentação numa reunião do  
568 Conselho. O **Conselheiro Alexandre Machado Pinto** diz que foi bem feita a  
569 colocação do representante da Associação e que já era uma reivindicação antiga da  
570 FAEMG. Afirma que “os excluídos têm que ser tratados de uma forma diferenciada”, e  
571 o Norte de Minas é uma região de excluídos em relação ao clima. Entra ano, sai ano, e  
572 se está em estado de emergência. A SEMAD deve analisar o Norte de Minas de uma  
573 forma isolada. O **Presidente** diz que depois que conheceu as belezas do Norte de  
574 Minas a palavra excluído já não faz sentido. O importante é saber alocar para ajudar as  
575 pessoas a crescer, aproveitar o potencial enorme que se tem na região. Diz o problema  
576 é que, muitas vezes, as políticas foram localizadas em regiões que se diziam “mais  
577 produtivas” e se esqueceram desses projetos que são fundamentais para a região.  
578 Destaca a grandeza de Irapé, uma redenção para a região. Diz ter achado interessante,  
579 em uma de suas visitas, uma PCH ao lado de uma comunidade onde nenhuma casa  
580 tinha energia elétrica. Essas distorções é que têm que ser trabalhadas. Dos 330MW de  
581 Irapé, 250MW ficarão na região, incentivando as grandes e pequenas fazendas,  
582 indústrias, etc. o Norte tem muito por onde crescer, no artesanato, no turismo e outra  
583 riquezas da região. Diz que é preciso aprender a utilizar tecnologias que usam menos  
584 água, tomar conta dos rios, da qualidade da água. O **Conselheiro Paulo César** pede  
585 licença para se retirar e se diz preocupado com o quorum. O **Presidente** informa que  
586 saiu uma Deliberação Normativa que estabelece que para iniciar o COPAM precisa-se  
587 do quorum máximo, e para aprovação, maioria. Explica que isso aconteceu porque,  
588 uma reunião em Uberlândia começou com quorum e, como o assunto não interessava a  
589 duas pessoas, na hora da votação levantaram-se e saíram para não dar quorum. Diz que  
590 fez uma carta às instituições afirmando que isso era um problema ético e um  
591 desrespeito a todos que estavam ali. Apresenta as moções: “ O Governo do Estado,  
592 através da SEMAD e Secretaria de Estado de Segurança Pública, mantenham e  
593 ampliem a atuação da Polícia Civil de Montes Claros, através da Delegacia de Meio  
594 Ambiente, com delegado e equipe específica visando a fortalecer o sistema de  
595 fiscalização ambiental e a integração dos órgãos, o que já é uma política do Governo do  
596 Estado”. O **Conselheiro Major Jorge Bonifácio**, aproveitando essa moção e o novo  
597 ordenamento jurídico com a nova estruturação da SEMAD, diz que é importante  
598 potencializar as frações de Meio Ambiente da Polícia Militar onde há sedes de NARCs.  
599 A **Assessora Jurídica Carolina Fagundes** lê a segunda moção: “Considerando a  
600 relevância ecológica, patrimonial, cultural da região de Água Limpa, Serrinha da  
601 Gorutuba, localizada nos municípios de Monte Azul, Espinosa, Gameleiras e



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

**Secretaria Executiva**

602 Mamonas, aprova a seguinte moção: .que seja viabilizada a criação da unidade de  
603 conservação nas regiões acima descritas no intuito de garantir sua preservação, cuja  
604 região abastece hoje as comunidades que ali estão inseridas”. O **Presidente** coloca em  
605 votação e as moções são aprovadas. Informa que a próxima reunião acontecerá no dia  
606 11 d abril em Capitão Enéas. Agradece e encerra a reunião  
607 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual  
608 foi lavrada a presente ata.

609

610 Esta é a síntese da reunião do dia 28 de março de 2006.

611